uma tentativa integradora, nem tampouco uma proposta de passar ao "cientificismo" (pg. 24).

MARIA HELENA R. CAPELATO

SINGER (Paul Israel). — O "milagre brasileiro": causas e consequências. São Paulo, CEBRAP, 1972.

"Em economia não há milagres". Talvez essa frase sintetize a tese central do economista Paul Singer no seu trabalho O "milagre brasileiro": causas e consequências, publicado no caderno nº 6 do Centro Brasileiro de Planejamento (Cebrape), de 1972.

Em 81 páginas o economista faz uma análise geral do fenômeno dos "milagres" no capitalismo contemporâneo, destacando, de início, o seu carater eminentemente político: "É bastante claro que os "milagres econômicos" têm sobretudo carater político. Eles são promovidos através dos meios de comunicação de massa para popularizar determinados aspectos da política econômica, aos quais se atribui grande eficácia na promoção do crescimento. Não obstante, é inegavel que as economias "milagrosas" de fato apresentam ou apresentaram elevadas taxas de crescimento e por períodos relativamente longos. É este aspecto que torna o desempenho destas conomias excepcional, no quadro atual e histórico do capitalismo... Quando a economia de um país consegue sustentar taxas elevadas de crescimento por um prazo algo mais longo (10 anos ou mais), o fato requer alguma explicação específica, o que permite (quando há interesse nisso) a proclamação de um "milagre".

Para o autor por mais planejado e monopolizado que o capitalismo atual se tenha tornado, as decisões básicas, que determinam a vida econômica ou, mais especificamente, a reprodução do capital, continuam sendo adotadas, de forma descentralizada, em obediência a indicadores de mercado. Assim, o que caracterizaria o capitalismo monopolista contemporâneo não é a capacidade de prever todas as repercussões relevantes de uma aceleração do crescimento, a qual se apresenta de forma difrente em cada lugar e em cada momento, mas o fato de possuir mecanismos políticos de controle que permitem corrigir os piores desequilíbrios, decorrentes da anarquia do mercado, mecanismos que em certas circunstâncias exigem a paralisação do crescimento ou, ao menos, sua desaceleração.

Na primeira parte, Singer examina as consequências do crescimento capitalista da economia no setor de bens de produção (Departamento I, para o autor) que será estimulado pela procura de produtos de bens de consumo (Departamento II). Analisa também o papel da publicidade criando necessidades de maneira a não permitir a saturação das necessidades dos consumidores. Para o autor, a interferência do Estado nesse mecanismo, através da manipulação dos meios de pagamento, assume grande importância. "Na realidade, os mecanismos de promoção do consumo soem funcionar com estupenda perfeição (dai a "sociedade de consumo") tornando a acumulação relativamente insuficiente, o que tende a desencadear forte demanda de crédito. Neste ponto o Estado entra em cena. Controlando o crédito, isto é, a oferta de meios de pagamento, o Estado pode expandi-lo criando condições para um surto inflacionário, o qual tem por função primordial transferir renda dos indivíduos com rendimentos fixos (assalariados sobretudo) para as empresas, cujos lucros aumentam, crescendo em consequência a poupança institucional (lucros retidos) e, portanto, a acumulação. Neste caso, o crescimento se acelera graças a (ou às custas de) certa inflação. Se o Estado negar-se a expandir o crédito, a escassez de oferta de poupança faz com que se eleve a taxa de juros, o que cria a inflação reprimida.

Paul Singer mostra toda a complexidade do fenômeno inflacionário dentro de uma economia em crescimento de acordo a situação do país onde ocorre o fenômeno.

Na segunda parte faz uma análise dos "milagres" alemão e japonês. Começa mostrando os pontos em comum dessas duas economias para depois isolar as características de cada uma.

A causa principal do "milagre" alemão para o autor, o excepcional crescimento da produtividade, que supera em muito o aumento dos salários, fenômeno tornado possivel graças à emigração de alemães orientais para a zona ocidental, atraidos pelos altos salários pagos aos trabalhadores especializados no Leste.

Nas vésperas da instituição do Mercado Europeu, a Alemanha Ocidental dispunha de uma força de trabalho mais barata que os demais participantes, exceto à Holanda, sendo equivalente à da Itália, com uma produtividade das mais elevadas.

Quanto ao "milagre" japonês que Singer considera como ainda não plenamente consumado, o desnivel entre custo e produtividade também é apontado como fator fundamental.

Ao citar uma observação de Victor Lemounier sobre o "milagre" nipônico, o autor deixa implícita a distinção que faz entre crescimento e desenvolvimento econômico.

Além da abundância de mão-de-obra como explicação do baixo nivel salarial japonês, ressalta também a sobrevivência de relações de produção précapitalistas no seio mesmo da indústria moderna. Por exemplo, 90% dos sindicatos são por empresas e dessas, 75% têm menos de 100 operários, 40% menos de 10; 40% da população ativa é feminina e seu salário médio corresponde a 2/5 do masculino.

Ao finalizar sua apreciação sobre o caso japonês, Singer prognostica que se a pressão salarial se mantiver, somada à perda da competitividade dos produtos japoneses no mercado mundial, devido à valorização do Yen, é possivel que já estejamos assistindo ao fim do "milagre" japonês.

Comparando o desempenho da economia brasileira nos últimos anos com as da Alemanha e do Japão, Singer afirma que a intensa propaganda interna do "milagre" brasileiro seria quase ridícula (apenas quatro anos de crescimento acelerado), não fosse o fato desse crescimento estar vinculado à contenção da inflação.

Ao examinar as origens da inflação brasileira o autor concorda com a tese segundo a qual, após 1930 a acumulação interna do capital foi institucionalmente orientada para que uma parte crescente do excedente global produzido pela economia se encaminhansse às atividades ligadas ao mercado interno. Para isso os produtos importados tiveram seu preço aumentado e como os preços dos produtos agrícolas também estavam sendo mantidos, o resultado foi a inflação. O autor mostra a inflação em marcha ascendente, juntamente com a produção industrial, a partir de 1933.

Não há dúvida que boa parte do excedente acumulado pela industria foi produzida pela agricultura e transferida aos empresários industriais, devido a forma das relações de intercâmbio entre campo e cidade.

O período após a Segunda Guerra Mundial reveste-se de importância porque se constituiu numa espécie de ensaio geral do "milagre" de hoje.

A fase imediatamente anterior (1940 a 1946) marca o início dos investimentos públicos em obras de infra-estrutura e na indústria de base, cujo financiamento é feito mediante emissões, com efeito inflacionário. A partir de então não apenas transfere recursos dos consumidores, principalmente assalariados, aos empresários mas também ao Estado que assume funções empresariais em áreas que exigem investimentos em larga escala fora do alcance da empresa privada.

Abundante legislação trabalhista foi baixada na década de 30 e inicio dos anos 40, mas foi ignorada pela maioria dos empresários e assalariados. Terminada a guerra, a exigência do cumprimento das disposições legais trabalhistas se impôs, amparada numa maior autonomia sindical, decorrente da liberalização política. É logico que o impacto do aumento do custo da força de trabalho fosse repercutir nos preços e que a elevação do custo de vida consequente viesse a fundamentar novas reivindicações salariais.

No "ensaio geral" durante o governo Dutra, a política de repressão contra o movimento sindical e as correntes de esquerda tem o objetivo principal de manter o salário-mínimo no mesmo nivel de 1943, cortando assim a espiral preços-salários. Junto ao rebaixamento do valor do trabalho, concorreu favoravelmente com essa política anti-inflacionária, uma situação geral bastante favoravel ao Brasil no mercado mundial.

As eleições de 1950 constituem uma clara demonstração do descontentamento popular com a política de contenção inflacionária com o retorno de Vargas ao poder. Esse período é marcado por uma retomada do movimento sindical.

O desafio representado pelas greves e pelas maiorias eleitorais alcançadas por candidaturas populistas — Getúlio no plano nacional, Jânio em São Paulo — não incorporava, porém, um projeto de como reestruturar a sociedade e desenvolver a economia. Era um desafio em disponibilidade que poderia ser aproveitado, como acabou sendo, por um ou outro dos grupos dominantes, capaz de encampar as reinvindicações econômicas das massas, fundindo-as com seus próprios objetivos. O desenvolvimentismo de Juscelino foi a tentativa mais completa disso.

A nova eclosão inflacionária resultou da tentativa, de Getúlio, de combinar duas metas: redistribuir a renda e substituição dos meios de produção (bens intermediários e de capital).

O período posterior a Getúlio é visto como de abertura ao capital estrangeiro.

O autor salienta que a corrente desenvolvimentista podia ter optado pela política de utilizar capitais estrangeiros como fonte de financiamento (como ocorreu de 1955 a 1961) em vez de facilitar-lhes condições para investimentos diretos. Essa opção das classes dirigentes por investimentos diretos tem, para o autor, razões complexas. Singer levanta a hipótese de que a necessidade de implantar grandes escalas de produção, absorvendo em bloco imensas quantidades de recursos, requeresse uma estrutura empresarial muito mais concentrada e burocrática do que aquela que o país dispunha então, o que deixava como única alternativa ao conglomerado estrangeiro, a empresa estatal. O empresariado brasileiro parece ter acreditado que teria maior campo de manobras entre as sucursais dos conglomerados e sociedades mistas. As decisões fatais foram tomadas entre 1953 e 1956 e a industrialização brasileira tomou novos rumos.

A contenção do consumo, para a acumulação necessária ao desenvolvimento parecia só ser possivel com a limitação dos salários urbanos, mas isso não era tarefa fácil já que os trabalhadores da cidades eram os grandes eleitores e o movimento sindical estava em ascensão. A volta à política de Dutra tornava-se impossivel. A inflação foi a saida possivel. As emissões foram macissas.

Ocorreu então "uma relação dialética entre inflação e democracia: quanto mais se acelerava a subida dos preços, tanto mais ampla e efetiva ia se tornando a participação popular no processo político e quanto mais se intensificava a mobilização popular tanto mais rapidamente aumentavam os preços".

Tods as classes desejavam a contenção dessa situação, desde que não fosse às suas custas.

"Obviamente a crise inflacionária, que se agravava sem cessar de 1961 em diante, só poderia ser resolvida às custas de uma ou de outra das classes sociais em presença, já que não havia nem podia haver um consenso a respeito de uma justa repartição da renda".

"No caso do Brasil, a consequência da injustiça distributiva, despertada não apenas mas sobretudo pela inflação, levou a anseios de "reformas de base" que, no limite, punha em questão o capitalismo".

"O enfrentamento se deu em 1964, e a vitória coube às classes possuidoras", assim o autor inicia sua interpretação do que chama "a solução da crise inflacionária".

O congelamento salarial foi a "pedra angular" da política financeira dos ministros Bulhões e Campos entre 1964 e 1967. "Usaram-se os instrumentos tributários, creditícios e monetários clássicos no sentido de refrear a inflação, com os resultados que seriam de esperar...". Os efeitos depressivos dessa política ortodoxa na contenção eram inevitáveis.

O arrocho, no entanto, não se fez sentir igualitariamente e simultaneamente, sobre todos os níveis salariais, mas seletivamente, atingindo de modo muito mais grave os assalariados menos qualificados cujo nível de ganhos dependia, em maior grau, do poder de barganha da classe em conjunto. Assim, Singer chega à conclusão que "o liberalismo econômico no mercado de trabalho só foi possivel à custa da redução drástica do liberalismo político".

Outro fator explicativo do milagre é a manutenção do salário mínimo real a um nivel reduzido, mais ou menos próximo ao fixado em 1944.

A retomada do crescimento, o florescer do "milagre" a partir de 1967 deve-se à decisão da equipe de Costa e Silva de não provocar novas recessões uma vez que a contenção do ritmo inflacionário já tinha sido suficiente.

O boom iniciado em 1968 teve por causa básica uma política liberal de crédito que encontrou a economia, após varios anos de recessão, com baixa utilização da capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego e custo reduzido de mão-de-obra de pouca qualificação. A isso deve ser aduzido uma elevada propensão a consumir das camadas de rendas elevadas. O crescimento bastante rápido que se verificou foi a resposta natural da economia a estas condições.

Entretanto dois perigos ameaçam, segundo o autor o boom iniciado em 1968: a inflação que poderia se acentuar e a demanda corre o risco de esmorecer devido a rigidez da estrutura de repartição de renda. Essas ameaças estão até agora sob domínio dos dirigentes brasileiros.

"A esperiência brasileira mostra, na verdade que condições políticas são requeridas para que a política monetarista de regulação da conjuntura possa ter exito".

Singer destaca ter havido por parte dos centros financeiros internacionais uma grande "boa vontade" com o governo instaurado depois de 1964. Tornou-se facil levantar empréstimos e financiamentos no exterior.

O economista ressalta que para a continuidade do "milagre" brasileiro, a expansão das exportações é vital na medida precisa em que a economia se abre, inserindo-se o Brasil na divisão internacional de trabalho como fornecedor de matérias-primas, produtos semi-elaborados e bens industrializados de consumo, e como importador de máquinas e equipamentos, pois deste modo o circuito da metamorfose do capital (mercadoria — moeda — meios de produção) se estende cada vez mais ao mercado externo. O que aduz mais uma razão para a política de contenção salarial, já que a competividade de nossos produtos no exterior tem uma de suas bases no baixo custo da força de trabalho.

No final do trabalho o autor faz a pergunta: O Milagre Brasileiro: até quando? Partindo do pressuposto de que em economia não existem "milagres".

Demonstra que com o advento da moeda administrativa a autosufocação das economias em crescimento, devido a sua própria aceleração, deixou de ser uma contradição insolúvel.

Finalmente, o autor arrisca um prognóstico sobre a vitalidade do "milagre" brasileiro, chegando à conclusão que ele está na dependência estrita de dois fatores, um de ordem interna e o outro, externo. O primeiro diz respeito às tensões sociais acumuladas em consequência de um afastamento cada vez maior das camadas de não-qualificados da participação na riqueza; o segundo, ligado à possível perda da hegemonia por parte dos Estados Unidos sobre os demais sub-sistemas, o que poderia desencadear uma nova etapa de lutas interimperialistas, provocando um refluxo de capitais para as metropóles e desorganizando as economias periféricas. Não obstante, Singer acha que não se deve exagerar a importância da aventual crise internacional, uma vez que a economia brasileira está baseada essencialmente no mercado interno. Nessas condições, é muito mais crítico o papel que atribui às tensões sociais internas, que poderão, mais tarde, colocar em questão a atual liberalização do mercado de trabalho.